DEMOCRACIA E LIBERDADE NA OBRA DE PONTES DE MIRANDA

DJACIR MENEZES

Ex-Reitor e Professor Emérito da
Universidade Federal do Rio de
Janeiro

Membro Titular da Academia

O meio século de convivência com a Obra de PONTES DE MIRANDA oferece a meus olhos teses que continuam desafiando análise e debate e haurem vitalidade das próprias contradições do mundo contemporâneo. Contradições profundas entre sistemas e ideologias que animam estruturas econômicas em dissidências perigosas ao futuro da humanidade. Nessa atmosfera pressaga — qual a obra de PONTES DE MIRANDA que mais de perto refletiria a sua visão e interpretação das grandes interrogações deste século?

Não tenho dúvidas: agora, que tanto se fala nos métodos de reconstrução do Estado fora das inspirações ditatoriais, o livro por excelência a apontar aos estudiosos seria a alentada análise *Democracia, Igualdade e Liberdade — Os Três Caminhos*, publicado em 1945, quando se calavam os bombardeios da segunda guerra mundial e abria-se a devassa sobre a infâmia dos campos de extermínio. Livro que surgiu na hora em que cresciam nos horizontes humanos as aspirações da paz e da justiça social.

Não era, entretanto, a primeira vez que o pensador brasileiro enfrentava os enormes e permanentes problemas.

Em várias fases anteriores, no curso de seu itinerário mental, abordou, como jurista, como sociólogo e como cientista, o tríplice aspecto da interrogação que se desdobra, por solicitação didática da exposição, naqueles três patamares epistemológicos.

Ninguém habituado às suas páginas, por mais insensível que seja às indagações filosóficas, deixaria de perceber-lhes a energia especulativa, evidência de sua criatividade nas diversas áreas do Conheci-

mento que a curiosidade do sábio perlustrou. Quer no campo do Direito público ou privado, da Processualística, da Hermenêutica, do Direito intertemporal, quer no da Epistemologia e Gnosiologia jurídica ou da Jurigenia — seu “instinto” especulativo surpreende o leitor pelo aguçado discernir de novas conotações ao repassar o pensamento alheio, reformulando conceitos e direções capazes de excitar as inteligências receptivas.

Não caberia nos limites desta crônica o repasse sinóptico de sua vasta experiência literária e jurídica. Contentar-me-ei, pois, em apapar flagrantes de três ou quatro obras onde as interrogações nos agridem com mais nitidez e com mais alento na realidade nacional.

OS TRÊS ENFOQUES

Para assinalar as interferências dos três enfoques — o da democracia, o da igualdade e o da liberdade — PONTES DE MIRANDA adota o seguinte critério pedagógico:

- democracia é *forma* de ação política;
- liberdade e igualdade são *conteúdos*.

Ouçamo-lo: “Muita gente pensa que, tendo-se democracia, tem-se liberdade. Portanto, para esses espíritos desatentos ou ingênuos, democracia é liberdade. Aí está um dos mais graves erros dos que não estudaram a fundo os sistemas políticos e a técnica constitucional. Pode haver democracia sem que haja segurança suficiente para a liberdade.”

Se democracia é a participação do “povo” na construção e reconstrução do Estado, a praxis histórica será irresistivelmente, a força primigênia do processo: e é nessa dialética primordial que se descobrem os dois vetores essenciais da evolução política — *ação* que implica *pensamento*, tecitura ou trama vital do Espírito. Mas já nesse enfoque gnosiológico do problema, na obscuridade de seu nascer, advinha-se o inabluível pressuposto da *liberdade*. “Pensar”, no sentido etiológico aqui fixado, não se desprende das formas essenciais da atividade humana — e vem a calhar a citação de Heráclito sobre a “racionalidade imanente do real” (*ginomenon panton ton lógon*). E para superar o impasse que se levanta entre a ontologia do efésio e

a do eleata, entre o Ser e o Devenir, há a distância de mais de dois mil anos, distância que se apaga no silêncio até que se ouça a voz de HEGEL.

Então se descobriu que “pensar” não é uma atividade individual, mas processo polivalente, que se desenvolve historicamente na intersubjetividade. O papel dialógico configura-se na noética da comunidade dos sábios, onde se apreende o *sentido deictico* na tensão da polarização semântica. *Pensar* não é verbo intransitivo conforme pressentiu a lógica clássica, onde houve a esclerose assética do *logos* heraclitiano. Urge revitalizar a intimidade com o *ontos* — e essa autenticação insere o “pensar” na realidade do Ser, graças à vigilância de HEGEL atento ao conflito onde pulsa o coração da Filosofia. Reparem que não invoco uma *adaequatio intellectum ad rem* dos perquiridores da verdade que transitam nestas encruzilhadas especulativas palmilhando veredas aristotélicas.

O pensar íntimo — conforme bem o intuiu PONTES DE MIRANDA sem o apelo a HEGEL — já é fruto de um longo processo de interiorização da *Agora*, dos encontros coletivos dos *homoioi*, a fonte das assembléias que estimularam, através das experiências arcaicas da vida consensual, o fortalecimento da racionalidade alvorescente.

O que vinha *de fora* se harmonizava com o que vinha *de dentro*, na trama dialética do *cognoscere*. Não vou insistir agora sobre as magistrais lições que vêm no *Garra, Mão e Dedo*, onde se encontram originalíssimas intuições do problema. Apenas anotarei que o sábio brasileiro não levou na devida conta o hegelianismo que se continha nesse momento transitivo do pensamento conceitual. Beirou o problema; mas beirou-o genialmente. (PONTES DE MIRANDA, *Garra, Mão e Dedo*, Liv. Martins, São Paulo, 1954.)

A FORMALIZAÇÃO DA TRICOTOMIA

Regredindo ao núcleo do nosso tema. A abordagem nimamente didática com que PONTES DE MIRANDA tricotomizou o problema na dimensão *democrática*, na da *igualdade* e na da *liberdade*, insinua uma perspectiva mecanicista que convida a meditação mais séria sobre aqueles valores.

A redução do problema jurídico da liberdade à normatividade fática para acentuar-lhe os lineamentos normativos é um erro. E tal

erro se origina na redução do direito como formas objetivas de comportamento a ser disciplinado segundo certos padrões culturais vigentes em dado momento histórico. Ao enunciar que o homem age à vista de *fins*, rasga-se, nessa simples proposição, todo um horizonte de idéias onde se alarga a zona da chamada “liberdade do pensamento”. Destarte, a clareira por que se descortina o problema da “liberdade” foge aos dimensionamentos positivistas que assolam agora o terreno da filosofia jurídica.

Considerando as teses mirandistas, é fácil resvalar para as soluções formalizantes, das quais ele se esquivou. Assim, tomando-se a assertiva de que “só há democracia se existe a co-decisão”, ou melhor, “com a participação do povo na criação da ordem estatal”, algumas objeções se poderiam levantar. Transcrevamos suas palavras tão didáticas na colocação do problema:

“Liberdade (fundo), igualdade (fundo) e democracia (forma) são três conceitos distintos, precisos, claros. São três caminhos, três dimensões, pelas quais se anda: sobe-se por uma; por outra, vai-se para os lados, pela terceira, marcha-se para a frente ou para trás. Não se pode, por uma só linha, caminhar pelas três; nem avançar de um ponto, por uma delas, significa avançar pelas três. Cada uma existe, independente das outras. A evolução delas tem que se processar nas três.”

Minha relutância ao exemplo se explica pelo fato de atraí-lo o sentido inerente de flexibilidade dialética que reside na intimidade do problema, onde pervivem intuições emanadas da praxis histórica. Tanto assim, que, a certa altura, PONTES DE MIRANDA, num relance de excepcional penetração, denunciou a mistura das formas democráticas na “dissimulação das estruturas autocráticas, oligocráticas ou plutocráticas”, aludindo mesmo a “democracias ocas”, “fracionárias”,

AS DUAS ALTERNATIVAS

A liberdade moderna iria plasmar-se constitucionalmente com o exercício das instituições representativas mediante a diferenciação das categorias da “sociedade civil” e do “Estado” no nível da teorização política. Foi o mais clarificante fator para a formalização do conceito jurídico das liberdades modernas. Pesquisando a maneira por que aflora, gnosiologicamente, na consciência ocidental, o conceito

de liberdade política, apreende-se o pulsar da bivalência através do *devenir* histórico que lhe vai definindo a forma *lógica*. Componentes indissociáveis, revelando o ritmo binário heraclítico entre o “racional” e o “empírico”. Poderia mesmo dizer (embora com certa desconfiança por falta de maior meditação da tese), que a história do pensamento político é a expressão da ação recíproca entre “direito” e “força”, entre “lei” e “poder”, que a cosmovidência tradicional opõe, desvinculando-os, na sua estranheza ao questionar dialético.

A concepção positivista erra porque exclui do intuir o *fieri* do processo, separando a “democracia” dos elementos cognitivos e volitivos da “liberdade” e da “igualdade”, apartando-os comò *fundos*. Tudo isso refluí perigosamente à margem de um novo escolasticismo, que está sendo fabricado nas matrizes do pensamento conservador das oligarquias políticas atemorizadas. Demos logo o passo definitivo: porque, neste negacear, obscurecendo-se o valor gnosiológico da liberdade, escapa a magnitude do problema.

Não se confunda a idéia defendida aqui com a liberdade cantada nas palinódias da democracia e do *Rechtsstaat*, pretextos políticos com que se suaviza a decadência dos sistemas plutocráticos à cata de soluções aflitivas. Receiosos da emergência progressiva de outros sistemas, acabaram namorando disfarçadas variações do totalitarismo. Nessa inflexão ideológica, a segurança prima sobre a liberdade e a burocracia assume o papel condicionante na máquina do Estado. Nesse clima, no campo jurídico, os modelos jusnaturalísticos tornam-se, gradativamente, mais atrativos às inteligências renovadoras.

Resumindo: erguem-se a nossas vistas duas alternativas e por sua vez, cada uma delas se bifurca em duas outras:

Transições

- a) *status* natural e *status* civil (transição gnosiológica da liberdade física para a liberdade jurídica;
- b) sociedade civil e sociedade política (Estado), transição política da liberdade jurídica para as liberdades constitucionais.

As crises que assinalam o curso dessa evolução do Poder se manifestam no desenvolvimento da *ordem civil*. Mas que ordem civil está em jogo? “O que está em crise — adverte PONTES DE MIRANDA — é o direito romano, o direito medieval, o direito capitalístico e não o Direito *processo social*. Cumpre achar a fórmula e construir o *novo direito*” (*Os 5 Direitos do Homem*, p. 44, Editora Alba, Rio, 1933).

Este novo Direito ganhará delimitação precisa no Estado de Fim Único, que não possui estruturas vacilantes, dócil às exigências das oligarquias econômicas e pode “convocar a todos, civis e classes armadas para a defesa do Fim do Estado” — que exprimirá o *telos* superior da organização da vida coletiva.

O sentido inelutável desse processo total se polarizará para a liberdade e não poderá ser frustrado pelas recrudescências clandestinas e minazes de ideologias, já desmascaradas, do exercício autocrático do Poder por minorias audazes. Nelas, todo o *convivium* humano é corroído por aquela violência pregressa imaginada por HOBBS, o *bellum omnium contra omnes*, revivescência à tona da história contemporânea dos arquétipos da agressividade primitiva. Identificou-se então o estado natural com o estado primitivo... Pacífico como visionara ROUSSEAU ou belicoso como pressentiram SPINOSA e HOBBS?

Opinamos por HOBBS e SPINOSA. O *convivium civile* aflora de um *prius* de socialidade onde estão as dissimetrias originárias da práxis fundamental.

A CONDIÇÃO DO SER PENSAnte

Diz-nos Pontes de Miranda a certa altura de suas reflexões políticas:

“Se tentarmos executar o que pensamos, prendem-nos, porque só nos deram a liberdade de pensar. Se podemos pensar e não podemos ser livres fisicamente, não é certo que podemos pensar. Cindiríamos pensamento e ação; e eles reaparecem juntos, incindidos. *Tal a condição humana do ser pensante.*”

Teve razão Miguel REALE em vê-lo como um romântico da cosmovidência racionalista.

Nessa condição, o filósofo brasileiro toca o *punctum dolens* do problema da liberdade política. “Pensar”, sem a sintonia da comunidade pensante, é a trapaça que arma o Poder contra a dignidade do filósofo, porque lhe oferece um simulacro de liberdade, que somente atenderia às necessidades mentais do idiota, do ser humano cujos vínculos vitais de contacto com a comunidade se debilitaram. Prossegue PONTES: “Se pensamos de modo diferente dos que nos dominam, somos presos. Portanto, a primeira premissa é falsa. Se podemos mover-nos e não podemos pensar livremente, não podemos mover-nos”.

As teses defendidas são corolários autênticos da psicologia moderna: a conduta humana, processo integrativo de funções localizadas nas diferentes áreas da corteza cerebral (responsável por gestos, atitudes, percepções, pensamento conceitual, etc), entranha-se tão profundamente nos valores da emocionalidade que a análise gnosiológica da liberdade retrocede ao nível dos movimentos reflexos e afetivo-instintivos do *in-fans*. Já os glotólogos perceberam, nas manifestações da linguagem, o sentido de *gestos vocálicos*.

Creio azada a oportunidade de afirmar que se o exercício da liberdade parte da *opção*, a vivência da liberdade está na *decisão*. Assim, romperemos o segmentarismo em que *volição* se aparta da *cognição*, qual nos apresentava a psicologia intelectualista. Partindo de tais princípios, torna-se impossível qualquer teorização que possa justificar, no plano do racionalismo científico, os sistemas ou as ortodoxias.

Como iludem essas marchas e contra-marchas na história do pensamento! A parcelização da unidade do saber, principalmente a que desune *teoria* e *praxis*, insiste, no campo da Ciência jurídica, em fazer do Direito a ciência normativa por excelência, corroendo-lhe os ligamens da organicidade do processo. Daí o sentido de instrumentalização que lhe dá o enfoque positivístico, adversário da *totalidade* inspirada no racionalismo dialético. A pretexto de objetividade, a intuição positivista sempre alienou as conexões entre a consciência e os interesses. Ou, de modo geral, obstruiu a via cognoscitiva capaz de abrir caminho a uma teleologia de tipo hostil ao mecanicismo pré-relativístico.

AS DUAS HIERARQUIAS

Sob velhos estilos ideológicos dissimulam-se valores jurídicos obsoletos de uma civilização em mudança. O esforço de adequação constitui parte da metodologia do Direito público atual. Os órgãos responsáveis pela elaboração da decisão política não refletem a conscientização progressiva da lógica do desenvolvimento histórico. Designarei o fenômeno como “método de frustração racionalizante dos contextos constitucionais”, pois permite amainar a área conflitual com técnicas de planificação votadas ao fracasso pelos golpes de contradições inerentes à armadura social de resistência.

Persuado-me de que se poderia, cientificamente, acelerar a agonia do Leviatã se os meios científicos estivessem nas mãos das classes intelectuais mais desinteressadas. Os surtos paroxísticos seriam tratados pela terapêutica eutanásica de reformas sérias. No centro dessas reformas estaria a pergunta: como transformar as *hierarquias de subordinação*, de essência coercitiva, em *hierarquias de coordenação*, de essência racional? Quem diz racional, diz ético: isto é, hegemonia política de valores universais humanos.

PONTES DE MIRANDA jamais esqueceu, no seu roteiro de pensador, que vivemos ainda no regime de empirismo político, onde as estruturas revelam, a cada momento, a persistência da velha mentalidade regalista. Todavia, quanto mais torvo é o céu, mais ansiosa é a espera do alvor do amanhecer. A força recôndita, que anima o Direito, nasce desse “instinto” da Razão, que é o segredo da ascensão humana.

Ilusão? Que seja! Mas ilusão inelutavelmente criadora. Ilusão simbolizada na data de hoje, revivendo nas grandes horas como esta, onde se ouvem os acordes nos altares invisíveis desse culto, através das abertas de luz e esperança e nas alegrias estudiosas destes claustros e dessas cátedras cheias de reminiscências do passado, das convicções do presente e da confiança no futuro.

Não terminarei sem menção a uma lei enunciada pelo Mestre PONTES DE MIRANDA, a *lei da transformação do “quantum” despótico em energia civil*. Na sua essência, é a formulação da ascensão para a liberdade, com a difusão da energia moral e o prelúdio histórico do desaparecimento das técnicas fratricidas. Se estas se exacerbam, vejamos nesses sintomas os extertores de um mundo que

morre. A *vis coercitiva* há de se transfigurar na *vis rationale*, reduzindo as imperfeições dos processos sociais de convivência nessa aproximação assintótica da Justiça.

Que para estas teses de tanta atualidade política e jurídica, que se alevantam dentro da órbita do pensamento de um grande Mestre, se voltem as vistas e as inteligências dos que se dispõem a denunciar a tenebrosa coligação dos interesses que conspiram contra a livre determinação dos povos. Após tantas divagações em torno de perplexidades que nos salteiam, vou concluir singelamente com o dizer do romano: *quid est enim libertas? Potestas vivendi ut vellis.*